



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 1, janeiro 2006. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2006, o Governo Central registrou superávit de R\$ 4,3 bilhões, contra R\$ 8,4 bilhões no mesmo mês do ano anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,1 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 4,8 bilhões e R\$ 16,3 milhões, respectivamente. Fatores atípicos ocorridos nas contas da Previdência e nova despesa com a capitalização da Emgea explicam cerca de 85% da redução do superávit de janeiro, relativamente ao mesmo mês de 2005. O déficit do RGPS praticamente dobrou na comparação desse período devido à conjugação de dois fatores: i) em 2005, as transferências de recursos de terceiros relacionadas às contribuições sobre o 13^o salário foram realizadas em fevereiro, ao passo que este ano tal repasse realizou-se em janeiro (acréscimo relativo de R\$ 781,8 milhões) e ii) também em janeiro deste ano, houve concentração do pagamento de precatórios de benefícios em R\$ 1,5 bilhão. Mesmo sem a ocorrência desses fatores, as despesas da Previdência de janeiro teriam crescido próximo a 12,0% em relação a janeiro do ano passado, ou seja, acima do crescimento nominal esperado para o PIB e mais que o dobro da inflação de 2005 medida pelo IPCA (5,69%).

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2006 foi de R\$ 4,3 bilhões (2,56% do PIB mensal), refletindo a normalização dos fluxos de pagamentos para o "Sistema S" e uma concentração de pagamentos de precatórios judiciais.

PRINCIPAIS VARIACIONES JAN/2006 x JAN/2005	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	10,0%
Tesouro	11,9%
Previdência	1,9%
Transferências	14,0%
Receita Líquida	9,1%
Despesas	28,1%
Benefícios	24,3%
Pessoal	22,7%
Custeio e Capital	40,6%

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ		JAN
	2005	2005	2006
I. RECEITA TOTAL	55.817,9	41.420,7	45.553,5
I.1. Receitas do Tesouro	40.231,3	33.308,5	37.277,0
I.1.1. Receita Bruta (1)	41.021,4	33.672,5	37.703,4
I.1.2. (-) Restituições	-783,1	-364,0	-426,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-7,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	15.486,6	8.047,0	8.203,7
I.3. Receitas do Banco Central	100,0	65,2	72,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.266,7	7.396,1	8.434,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	46.551,2	34.024,6	37.119,2
IV. DESPESA TOTAL	50.560,4	25.647,1	32.849,3
IV.1. Despesas do Tesouro	28.008,4	15.067,0	19.712,5
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.894,7	8.169,5	10.023,7
IV.1.2. Custeio e Capital	17.079,3	6.888,8	9.687,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	930,1	615,1	950,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	3.235,2	112,8	1.879,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	848,3	617,5	850,9
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	12.065,6	5.543,3	6.005,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	34,5	8,6	1,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	22.400,5	10.497,6	13.047,8
IV.3. Despesas do Banco Central	151,5	82,5	89,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-4.009,2	8.377,5	4.269,9
V.1. Tesouro Nacional	2.956,2	10.845,4	9.130,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-6.913,8	-2.450,6	-4.844,1
V.3. Banco Central (4)	-51,6	-17,3	-16,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,28%	5,51%	2,56%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
 (1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
 (2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
 (3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
 (4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (R\$ bi)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	41,4	45,6
Transferências	7,4	8,4
Receita Líquida	34,0	37,1
Despesa Total	25,6	32,8
Resultado Primário	8,4	4,3

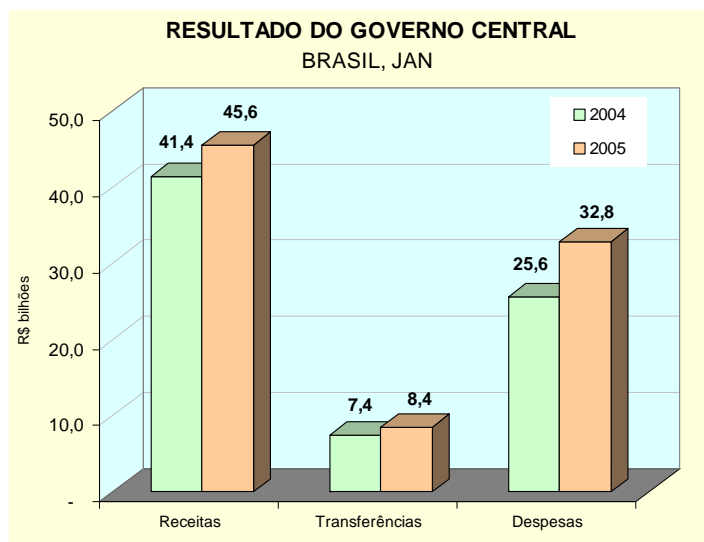
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (R\$ bi)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	10,8	9,1
Previdência Social	-2,5	-4,8
Banco Central	0,0	0,0
Governo Central	8,4	4,3

O crescimento de 12,0% nas receitas de janeiro de 2006 comparadas com 2005 deveu-se em grande parte aos R\$ 1,3 bilhão resultante de pagamentos da Petrobras e receitas de concessões, sem correspondência em 2005. A receita do IR cresceu apenas 6,0%.

Fatores atípicos ocorridos nas contas da Previdência Social e despesas com a capitalização da Emgea explicam cerca de 85% da redução do superávit de janeiro deste ano em relação ao obtido em igual mês de 2005.

As receitas do Tesouro Nacional cresceram em linha com as expectativas de desempenho da economia e a evolução dos níveis de preço, considerando que as decisões de desoneração tributária devem surtir efeito ao longo do ano. Com efeito, apesar da receita bruta ter crescido R\$ 4,0 bilhões, quando comparado a janeiro de 2005, passando de R\$ 33,7 bilhões para R\$ 37,7 bilhões, o crescimento de 12,0% em termos nominais deveu-se em grande parte a fatores atípicos. Em particular, o crescimento da CSLL (11,0%) e da CPMF (9,5%) foram próximo à estimativa de crescimento do PIB, enquanto o do IR (6,0%) e do IPI (3,8%) ficaram bem abaixo. Por outro lado, o resultado de janeiro beneficiou-se do pagamento de R\$ 708,5 milhões em dividendos da Petrobras, e de R\$ 556,4 milhões em receitas de concessão, em decorrência da assinatura de contratos para a exploração e produção de petróleo, ambos sem correspondência em janeiro de 2005.

As transferências a estados e municípios cresceram 14,0%, em especial devido ao comportamento dos tributos partilhados (IR e IPI), base de cálculo dessas transferências, e ao repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, em decorrência do aumento da produção.



As despesas do Tesouro Nacional cresceram 30,8% relativamente às verificadas em janeiro de 2005, em decorrência de pressões na folha de pessoal, assim como devido a capitalização da Emgea no valor de R\$ 1,5 bilhão, sem correspondência no mês de janeiro do ano passado, quando o pagamento correspondente ocorreu em fevereiro e março. Houve aumento de 22,7% nas despesas de pessoal e encargos, que se explica em função do pagamento de

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	8.189,5	10.023,7
Custeio e Capital	6.888,8	9.687,3
Despesas do FAT	615,1	950,9
Subsídios e Subvenções /1	112,8	1.879,7
LOAS/RMV	617,5	850,9
Outras	5.543,3	6.005,9
Transferência ao Bacen	8,6	1,5

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

precatórios (R\$ 1,2 bilhão) – igualmente sem correspondência no mesmo mês do ano anterior, além de reajustes diferenciados concedidos a partir do segundo semestre de 2005, substituição de funcionários terceirizados e ingresso de novos servidores, entre outros. As despesas de custeio e capital cresceram 40,6%, com destaque para o FAT e os benefícios da LOAS/RMV, cujos desembolsos cresceram 54,6% e 37,8%, respectivamente. O item “outras despesas de custeio e capital” cresceu apenas 8,3%, abaixo do crescimento estimado para o PIB, contudo acima da inflação medida pelo IPCA no ano (5,69%).

Por fim, o aumento no déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação do ano passado deve-se em parte aos fatores atípicos mencionados, resultando, de um lado, em baixo crescimento da arrecadação previdenciária (1,9% contra cerca de 12,0% sem a atipicidade), e, de outro, elevado crescimento das despesas com benefícios (24,3% contra cerca de 12,0% sem a atipicidade). Note-se que o crescimento de despesas e receitas à mesma taxa de progressão implica em aumento do déficit da Previdência Social, dado que as despesas representam um montante superior às receitas.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 37,7 bilhões em janeiro, sendo R\$ 3,3 bilhões (8,1%) inferior ao montante verificado no mês anterior (R\$ 41,0 bilhões). Essa redução pode ser explicada, basicamente, pela menor arrecadação do imposto de renda (R\$ 5,1 bilhões), passando para R\$ 10,9 bilhões em janeiro, como reflexo da mudança nos prazos de recolhimento do IRRF-Rendimentos do Trabalho, de semanal para mensal, em conformidade com a Lei nº 11.196, de 2005, e pela ocorrência de fatores sazonais em dezembro, a saber: tributação do 13º salário e o recolhimento semestral do imposto sobre aplicações financeiras em fundos de investimento, de acordo com o disposto na Lei nº 10.892, de 2004.

As contribuições totalizaram R\$ 17,0 bilhões, com elevação de R\$ 628,7 milhões em relação a dezembro. Cabe ressaltar que o incremento se deve, principalmente, à sazonalidade da arrecadação da CSLL. O pagamento dessa contribuição, relativo ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, apresentou um aumento de R\$ 1,0 bilhão: o montante arrecadado passou de R\$ 2,0 bilhões em dezembro para R\$ 3,0 bilhões em janeiro. As outras contribuições, com exceção do PIS/Pasep – cuja arrecadação se manteve praticamente estável – apresentaram redução: CPMF (11,4%), CIDE (4,8%) e Cofins (1,2%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	8,0	8,2	1,9%
Benefícios	10,5	13,0	24,3%
Resultado Primário	-2,5	-4,8	97,7%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões) ^{1/}		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/05	JAN/06
Impostos	20.015,8	14.469,0
Imposto de Renda	15.981,2	10.893,9
IPI	2.673,1	2.249,9
Outros	1.361,5	1.325,2
Contribuições	16.418,9	17.047,6
Cofins	8.052,2	7.952,0
CPMF	2.712,2	2.403,0
CSLL	2.015,6	3.035,1
Cide - Combustíveis	658,4	626,8
Outras	2.980,6	3.030,65
Demais	4.586,7	6.186,8
Cota parte	695,9	2.507,3
Diretamente Arrecadada	1.359,4	1.284,4
Dividendos da União	811,0	717,2
Pagamento Unificado ^{2/}	295,6	303,2
Outras	1.424,9	1.374,7
Total Bruto	41.021,4	37.703,4

/1 Os valores referentes a retenção na fonte e rellis foram distribuídos nos respectivos tributos.
/2 Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Dentre as demais receitas, destaca-se a arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, que totalizou R\$ 2,5 bilhões em janeiro frente a R\$ 695,9 milhões em dezembro. Tal elevação (260,3%) encontra justificativa na sazonalidade do recolhimento da participação especial da cota-parte, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 4,0 bilhões, quando comparado a janeiro de 2005, passando de R\$ 33,7 bilhões para R\$ 37,7 bilhões. O crescimento de 12,0% em termos nominais é função do desempenho de alguns fatores especiais, além da arrecadação relativamente robusta de tributos como a CSLL (11,0%) e a CPMF (9,5%). Por seu lado, o IR teve um crescimento modesto (6,0%), no que foi acompanhado pelo IPI (3,8%).

As demais receitas apresentaram incremento de R\$ 2,1 bilhões em função, principalmente, de dois fatores atípicos e discricionários. O pagamento de dividendos foi R\$ 630,8 milhões superior ao mesmo período do ano anterior, com destaque para o pagamento de R\$ 708,5 milhões efetuado pela Petrobras (no ano passado o recolhimento de dividendos daquela empresa foi efetuado em fevereiro) e para a receita auferida com concessões (R\$ 694,2 milhões ante R\$ 124,9 milhões em janeiro de 2005), sendo R\$ 556,4 milhões referentes ao bônus de assinatura de contratos de concessão para a exploração e produção de petróleo e gás. Além disso, a cota parte de compensação financeira foi R\$ 384,0 milhões superior ao mês de janeiro de 2005. Finalmente, as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos federais apresentaram crescimento percentual de dois dígitos, passando de R\$ 1,1 bilhão em 2005 para R\$ 1,3 bilhão em janeiro de 2006.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	13.664,9	14.469,0
Imposto de Renda	10.280,6	10.893,9
IPI	2.167,6	2.249,9
Outros	1.216,8	1.325,2
Contribuições	15.897,5	17.047,6
Cofins	7.669,3	7.952,0
CPMF	2.194,7	2.403,0
CSLL	2.734,3	3.035,1
Cide - Combustíveis	649,8	626,8
Outras	2.649,5	3.030,6
Demais	4.110,1	6.186,8
Cota parte	2.123,2	2.507,3
Diretamente Arrecadada	1.130,1	1.284,4
Dividendos da União	86,4	717,2
Pagamento Unificado /1	240,5	303,2
Outras	529,9	1.374,7
Total Bruto	33.672,5	37.703,4

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Transferências a Estados e Municípios

Em janeiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,4 bilhões, contra R\$ 9,3 bilhões em dezembro, apresentando redução de R\$ 832,4 milhões (9,0%). As transferências constitucionais para os Fundos de Participação (FPM, FPE, IPI-Exp e Fundef) alcançaram R\$ 6,4 bilhões, decréscimo de R\$ 1,2 bilhão frente a dezembro, o que refletiu a redução do montante de recursos arrecadados, especialmente no primeiro decêndio de janeiro (comparativamente a idêntico decêndio de dezembro). Ademais, deve-se destacar que no mês anterior foram repassados recursos, no montante total de R\$ 991,8 milhões, referentes ao repasse do Parcelamento Especial (Paes) correspondente ao período de junho de 2003 a novembro de 2005.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
Decêndio	DEZ/05	JAN/06
		R\$ milhões
Terceiro Decêndio	5.767,2	8.574,0
Primeiro Decêndio	6.688,9	3.207,2
Segundo Decêndio	2.686,3	2.340,5
Total	15.142,5	14.121,7

As transferências relativas à Lei Complementar nº 115, de 2002, alcançaram R\$ 447,2 milhões. O montante se refere à segunda parcela do repasse disciplinado pela Medida Provisória nº 271, de 26 de dezembro de 2005.

Em relação a janeiro de 2005, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 14,0%: foram repassados R\$ 8,4 bilhões em janeiro de 2006 contra R\$ 7,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. Os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 1,0 bilhão são os seguintes: i) aumento de R\$ 755,4 milhões nas transferências para os Fundos de Participação, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 120,5 milhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção; e iii) acréscimo de R\$ 88,9 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115, de 2002. As transferências referentes à CIDE-Combustíveis mantiveram-se praticamente estáveis (R\$ 446,6 milhões em janeiro de 2006 contra R\$ 439,9 milhões em janeiro de 2005).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 19,7 bilhões em janeiro, contra R\$ 28,0 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 8,3 bilhões (29,6%) é essencialmente sazonal e está concentrada nas despesas com pessoal e encargos (R\$ 870,9 milhões) e de custeio e capital (R\$ 7,4 bilhões), cujo valor passou de R\$ 17,1 bilhões em dezembro para R\$ 9,7 bilhões em janeiro.

As despesas de pessoal e encargos sociais também se contraíram de R\$ 10,9 bilhões em dezembro, para R\$ 10,0 bilhões, em janeiro. Essa redução se explica pela concentração das despesas relativas às férias dos servidores em dezembro, assim como o pagamento do 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo nesse mês, que não teve equivalente no primeiro mês de 2006.

A despesa global com pessoal e encargos sociais se contraiu não obstante uma série de pagamentos excepcionais ocorridos em janeiro. Dentre esses, se destacam: i) décima quarta parcela, e também a última, relativa ao acordo administrativo de reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 2.169, de 24 de agosto de 2001, cujo montante liberado foi de R\$ 519,3 milhões, pagos a 219 mil servidores ativos, 138 mil aposentados e 114 mil pensionistas; ii) liberação de R\$ 1,2 bilhão para pagamento de precatórios, referentes a pessoal e encargos sociais; iii) sétima parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos ao

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/05	JAN/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	7.625,5	6.441,0
CIDE-Combustíveis	-	446,6
Desoneração do ICMS	817,1	447,2
Demais	824,0	1.099,4
Total	9.266,7	8.434,3

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.685,6	6.441,0
CIDE - Combustíveis	439,9	446,6
Lei Complementar nº 115/2002	358,3	447,2
Demais	912,2	1.099,4
Total	7.396,1	8.434,3

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/05	JAN/06
Pessoal e Encargos	10.894,7	10.023,7
Custeio e Capital	17.079,3	9.687,3
Despesas do FAT	930,1	950,9
Subsídios e Subvenções /1	3.235,2	1.879,7
LOAS/RMV	848,3	850,9
Outras	12.065,6	6.005,9
Transferência ao Bacen	34,5	1,5

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995, com valor liberado no montante de R\$ 160,3 milhões.

A redução de gastos com custeio e capital se explica tanto pela variação na despesa discricionária ordinária, quanto na sazonalidade de despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, que totalizaram R\$ 1,9 bilhão em janeiro de 2006, frente R\$ 3,2 bilhões em dezembro de 2005. Tal variação pode ser explicada, em especial, pelas despesas associadas à securitização da dívida agrícola, ocorrida em dezembro, sem contrapartida em janeiro. Houve redução de R\$ 217,3 milhões dos dispêndios no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), em função do cronograma de pagamentos, os quais se concentram nos meses de julho e dezembro. Também apresentaram quedas as despesas no âmbito do Programa Aquisição do Governo Federal (AGF), Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Financiamento das Exportações (Proex). Por outro lado, a despesa com reordenamento de passivos referente empreendido pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea)² alcançou R\$ 1,5 bilhão, sem correspondente em dezembro.

² O contrato com a Emgea prevê o aumento de capital por parte da União para fazer face às despesas associadas às perdas com empréstimos do sistema habitacional (e.g., antigo BNH e COHABs). Em 2005, foram efetuadas transferências nos meses de fevereiro (R\$ 585,2 milhões) e de março (R\$ 605,8 milhões).

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 950,9 milhões, frente a R\$ 930,1 milhões em dezembro, registrando ligeiro acréscimo (2,2%). Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) mantiveram-se no mesmo patamar que em dezembro.

Boxe 1 – Decreto de Execução Orçamentária e Financeira

O Decreto nº 5.698, de 08/02/06, dispôs sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2006, estabelecendo que a execução orçamentária da despesa, de acordo com o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 - LDO-2006, exceto aquelas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, limita-se a 1/12 (um doze avos) mensal do valor de cada dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2006, até a sanção da respectiva lei. A fim de não inviabilizar a realização de despesas imprescindíveis, após a aprovação dessa Lei, sem comprometer a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2006, o referido decreto autorizou os órgãos do Poder Executivo a movimentarem e a empenharem despesas no montante de R\$ 4,8 bilhões, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da Lei Orçamentária de 2006. O montante de pagamento das despesas no primeiro trimestre de 2006, inclusive dos Restos a Pagar de 2005 e de exercícios anteriores, foi estabelecido em R\$ 17,0 bilhões. Para contemplar situações que requeiram atendimento imediato, o Decreto autoriza os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda a ampliar, alterar e/ou remanejar, mediante portaria interministerial, os valores de movimentação e empenho e de pagamento disponibilizados, desde que observado o montante das dotações orçamentárias disponibilizadas na forma do art. 74 da LDO-2006. Por fim, para efeito de cumprimento da LDO-2006, foram estabelecidas as metas quadrimestrais para o superávit primário do Governo Federal no presente exercício, com a seguinte distribuição: R\$ 28,7 bilhões no primeiro quadrimestre; R\$ 55,2 bilhões até o segundo quadrimestre; e R\$ 70,5 bilhões até o terceiro quadrimestre.

Em janeiro de 2006, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 4,6 bilhões em relação a 2005. Destaca-se o aumento de R\$ 1,9 bilhão (22,7%) nos gastos com pessoal e encargos sociais. Também houve incremento de R\$ 2,8 bilhões (40,6%) nas despesas de custeio e capital, parte do qual associado a despesas não continuadas de subsídios, subvenções e reordenamento de passivos. Despesas continuadas como a da LOAS subiram 37,8%. A despesa com o FAT aumentou 54,6% em relação ao mesmo mês em 2005. O crescimento das outras despesas de capital, onde se incluem aquelas com a Saúde, foi mais modesto, limitando-se a 8,3%, valor próximo ao do crescimento do PIB.

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais incorpora o pagamento de R\$ 1,2 bilhão referente a precatórios e sentenças judiciais de natureza alimentícia, ocorrido em janeiro desse ano, sem correspondência no mesmo mês do ano anterior. Em 2005, esse pagamento ocorreu em fevereiro no montante de R\$ 961,1 milhões. Além disso, contribuíram para o incremento das despesas com pessoal e encargos sociais os seguintes fatores: i) reajuste diferenciado concedido principalmente a partir do segundo semestre de 2005 a algumas carreiras estratégicas do setor público; ii) substituição de funcionários terceirizados por concursados, ocorrida ao longo de 2005 em diversos órgãos da administração pública, com destaque para preenchimento de vagas no Ministério da Educação e no INSS; iv) ingressos de novos servidores para composição dos quadros permanentes das agências reguladoras, em substituição aos funcionários contratados temporariamente.

As despesas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram de R\$ 615,1 milhões, em janeiro de 2005, para 950,9 milhões em janeiro de 2006 (54,6% de aumento), explicado pelo crescimento nas despesas com seguro-desemprego.

As despesas mensais com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) elevaram-se em R\$ 233,3 milhões, o que corresponde a um aumento de 37,8% em relação a janeiro de 2005. Essa despesa obrigatória de caráter assistencialista vem crescendo em função do ajuste dos parâmetros de admissão de beneficiados (e.g., redução de idade e condições de renda), assim como pelo impacto do crescimento do salário mínimo acima da inflação.

Janeiro também registrou uma despesa realizada a título de aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, no valor de R\$ 1,5 bilhão, sem correspondência no mês de janeiro de 2005. Tal despesa visa absorver os custos decorrentes dos subsídios concedidos no âmbito do antigo sistema de financiamento da habitação o BNH, após o saneamento dos bancos públicos

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

O crescimento nos gastos com pessoal, relativamente a janeiro de 2005, reflete o pagamento de R\$ 1,2 bilhão de precatórios, os reajustes diferenciados concedidos ao longo de 2005 e as contratações de novos funcionários (e.g. para educação e previdência).

Despesas de transferências, como o FAT e LOAS/RMV em janeiro (2006) foram significativamente maiores do que em janeiro de 2005 (54,6% e 37,8%, respectivamente).

Em janeiro houve transferência de R\$ 1,5 bilhão para a Emgea, dentro do programa de amortização das dívidas dos mutuários do antigo SFH. A Emgea tem desenvolvido nesse contexto um importante trabalho de renegociação de dívidas habitacionais, no âmbito do Programa de Conciliação do Poder Judiciário, que tem impactado negativamente no Capital da empresa. Nos últimos 12 meses cerca de 95 mil contratos foram reestruturados ou liquidados (14.480 dentro do Projeto Ô de Casa), contribuindo para o conjunto de baixas em prejuízo da empresa.

empreendido em 2001, quando créditos habitacionais – gerados por esses bancos ou herdados de instituições privadas, foram transferidos para a União.

Os demais gastos de custeio e capital passaram de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,0 bilhões, representando um crescimento de 8,3%, relativamente a janeiro de 2005, próximo à evolução do PIB nominal estimado para o período de 9,8%. Do referido incremento, parcela representativa - R\$ 364,8 milhões - referem-se a gastos na área de Saúde, o restante correspondendo aos gastos chamados discricionários, de natureza corrente ou de investimento.

Com relação aos restos a pagar (RP), foram inscritos para 2006 o montante de R\$ 17,6 bilhões, dos quais R\$ 12,3 bilhões (70%) correspondem a investimentos (inclusive Projeto Piloto de Investimento). Daquele montante, foram pagos em janeiro R\$ 1,4 bilhão, equivalente 8% do total inscrito (menos cancelamentos), sendo que R\$ 375,3 milhões relativos a despesas com investimentos, principalmente nas áreas de Saúde e Transporte.

Previdência Social

O resultado primário do Regime Geral da Previdência Social em janeiro foi deficitário em R\$ 4,8 bilhões, enquanto que em dezembro de 2005 registrou-se déficit de R\$ 6,9 bilhões. Essa redução do déficit primário é explicada principalmente pelo pagamento em dezembro dos benefícios referentes ao 13º salário dos aposentados e pensionistas: o valor total dos benefícios previdenciários pagos em dezembro foi de R\$ 22,4 bilhões, contra R\$ 13,0 bilhões em janeiro. Ressalta-se que em janeiro o volume de pagamento de sentenças judiciais foi bastante significativo, atingindo R\$ 1,5 bilhão, devido à concentração do pagamento de precatórios de benefícios no mês.

Em janeiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,8 bilhões refletindo, em boa medida, o pagamento expressivo de precatórios de benefícios no montante de R\$ 1,5 bilhão.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	DEZ		JAN
	2005	2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	15.486,6	8.047,0	8.203,7
Arrecadação Bruta	16.247,2	8.526,4	9.468,5
- Contribuição Previdenciária	15.541,3	7.605,0	8.722,2
- Simples	513,8	525,2	581,9
- CDP	0,0	0,0	0,0
- CFT	40,6	0,0	76,6
- Depósitos Judiciais	111,8	350,2	0,0
- Refis	26,5	34,2	26,9
- Outras Receitas	13,1	11,7	61,0
(-) Restituição/Devolução	-38,0	-10,5	-14,1
(-) Transferências a Terceiros	-722,5	-468,9	-1.250,7
II. BENEFÍCIOS	22.400,5	10.497,6	13.047,8
Benefícios Previdenciários	22.400,5	10.497,6	13.046,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.913,8	-2.450,6	-4.844,1
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		-1,61%	-2,91%

Por outro lado, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou em janeiro R\$ 8,2 bilhões, representando redução de 47,0% frente aos ingressos líquidos em dezembro de 2005 devido a: i) aumento sazonal da arrecadação líquida no mês de dezembro decorrente do recolhimento da contribuição incidente sobre o 13º salário; e ii) aumento das transferências a terceiros no mês de janeiro devido ao repasse das contribuições sobre o 13º salário daquelas entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros).

Em relação a janeiro de 2005, a arrecadação líquida apresentou aumento de 1,9%. Tal comportamento pode ser explicado, principalmente, pelas transferências a terceiros, já que em 2005 o repasse das contribuições sobre o 13º salário foi efetuado no mês de fevereiro, e em 2006 no mês de janeiro, refletindo em um crescimento de 166,8% e consequente arrecadação líquida menor na comparação entre os anos.

Relativamente a janeiro de 2005, as despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 2,6 bilhões, representando incremento de 24,3% em virtude do crescimento de: i) 5,4% no valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento de parte daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 847,0 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos, equivalente a cerca de 3,3% no estoque. Destaca-se ainda, como mencionado, o comportamento verificado com o pagamento de precatórios no montante de R\$ 1,5 bilhão em janeiro de 2006, frente a um gasto de R\$ 325,6 milhões em janeiro de 2005.

No estoque de benefícios do primeiro mês de 2006, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, destacam-se os aumentos de 463,8 mil aposentadorias (3,7%), de 221,1 mil de Loas (10,6%), de 155,2 mil pensões por morte (2,8%), e de 64,3 mil benefícios de auxílio-doença (4,7%). Registre-se a mudança do comportamento do benefício de auxílio-doença, refletindo o esforço na área de gestão e redução do ritmo de concessão de tais benefícios.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	8.047,0	8.203,7
Benefícios	10.497,6	13.047,8
Resultado Primário	(2.450,6)	(4.844,1)

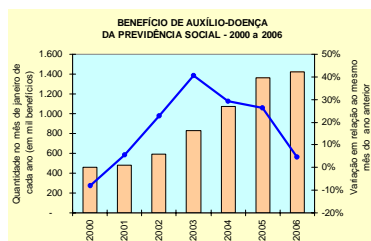
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JANEIRO			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,1	23,9	3,7%
Quantidade RGPS*	20,4	21,1	3,3%
Valor médio Total**	445,8	472,2	5,9%
Valor médio RGPS**	469,1	494,5	5,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

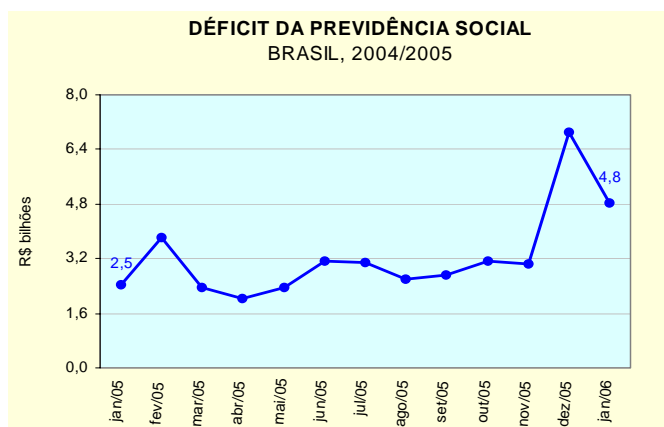
A tabela acima apresenta nova segmentação: na quantidade e valor médio do RGPS estão incluídos os benefícios previdenciários e os acidentários; na quantidade e valor médio Total, além dos benefícios do RGPS, incluem-se também os assistenciais e os encargos previdenciários da União.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

	Em mil benefícios		
	DEZ	MÉDIA JAN	
	2005	2005	2006
TOTAL	23.951	23.099	23.946
Benefícios do RGPS	21.150	20.449	21.128
Previdenciários	20.394	19.695	20.377
Aposentadorias	13.053	12.628	13.092
Idade	6.677	6.462	6.699
Invalidez	2.674	2.530	2.687
Tempo de contribuição	3.702	3.636	3.706
Pensão por morte	5.776	5.634	5.789
Auxílio-Doença	1.493	1.359	1.424
Salário - maternidade	41	46	40
Outros	32	27	32
Acidentários	756	754	751
Aposentadorias	144	137	144
Pensão por morte	130	130	130
Auxílio - doença	125	129	120
Auxílio - acidente	268	266	268
Auxílio - suplementar	89	91	89
Assistenciais	2.793	2.640	2.809
Amparos Assistenciais - LOAS	2.277	2.077	2.298
Idoso	1.066	943	1.076
Portador de deficiência	1.212	1.134	1.221
Pensões mensais vitalícias	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	499	546	494
Idade	158	179	156
Invalidez	341	368	338
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	10	9



Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, pelos fatores mencionados, o déficit primário do RGPS no mês totalizou R\$ 4,8 bilhões, quase o dobro do registrado no mês de janeiro de 2005 (R\$ 2,5 bilhões).



Em janeiro de 2006, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 526,1 bilhões, o equivalente a 27,0% do PIB, inferior em 1,1 ponto percentual comparativamente ao último mês de 2005. Ocorreram no mês resgates líquidos de títulos em mercado no montante de R\$ 7,4 bilhões, não obstante a expressiva emissão de títulos remunerados pelo IPCA (NTN-B), a qual atingiu R\$ 39,9 bilhões. Essa emissão de NTN-B está associada à mudança do perfil da demanda do mercado, em função da trajetória descendente da taxa de juros. Os títulos indexados a índices de preços tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 3,72 pontos percentuais, em detrimento principalmente dos títulos atrelados à taxa Selic. Outro efeito positivo foi o alongamento do prazo médio e da vida média da DPMFi, em 1,2 e 1,4 mês, respectivamente. A Dívida Externa Líquida reduziu-se em R\$ 11,1 bilhões, o equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB, em decorrência dos resgates antecipados de títulos com vencimento até 2010, além do efeito da apreciação cambial no mês.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional registrou R\$ 526,1 bilhões, equivalentes a 27,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses, sendo R\$ 363,4 bilhões referentes à parcela interna e R\$ 162,7 bilhões à parcela externa. Comparado a dezembro, houve redução de R\$ 16,5 bilhões, em consequência de fatores relacionados à dívida interna, basicamente aumento dos haveres do Tesouro Nacional, e à dívida externa – apreciação cambial e redução do estoque em dólar.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	213.355	368.658	363.417
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	815.449	976.439	982.866
Dívida Contratual da STN	-449.584	-443.822	-451.846
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-152.510	-163.960	-167.603
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	195.129	173.792	162.658
Dívida Mobiliária em Poder do Público	157.408	144.156	134.384
Títulos Depositados em Garantia	-3.798	-3.525	-3.292
Dívida Contratual	41.961	33.473	31.889
Disponibilidades	-442	-312	-323
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	408.484	542.450	526.075
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,9%	28,1%	27,0%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 526,1 bilhões em janeiro, equivalentes a 27,0% do PIB.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em janeiro foi de R\$ 363,4 bilhões, equivalentes a 18,7% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse inferior em 0,4 ponto ao observado no mês anterior. Tal comportamento é explicado em grandes linhas pela evolução dos haveres contratuais do Tesouro Nacional.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	213.355	368.658	363.417
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	815.449	976.439	982.866
LFT	477.177	497.908	478.615
LTN	151.279	263.451	253.193
NTN-B	26.826	73.824	112.268
NTN-C	78.061	66.994	66.132
NTN-D	7.936	5.206	4.913
Demais	46.228	47.524	46.558
Dívida Securitizada	25.360	18.084	17.755
TDA	2.582	3.448	3.432
DÍVIDA CONTRATUAL	-602.094	-607.781	-619.449
<i>Tesouro Nacional</i>	-449.584	-443.822	-451.846
Dívida Bancária	25.070	24.773	24.713
Lei nº 7.976/89	-7.547	-5.771	-5.484
Lei nº 8.727/93	-48.065	-47.719	-47.628
Lei nº 9.496/97	-242.600	-251.041	-251.715
Renegociação Dívida Municipais	-36.337	-38.082	-38.250
Demais Haveres da STN	-140.105	-125.982	-133.482
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-152.510	-163.960	-167.603
FAT	-105.573	-116.867	-120.339
Demais Entidades	-46.938	-47.093	-47.264
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,7%	50,5%	50,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,7%	-31,4%	-31,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,2%	-23,0%	-23,2%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	12,0%	19,1%	18,7%

Em janeiro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 363,4 bilhões.

Emissões e Resgates

Em janeiro, o resgate líquido de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 7,4 bilhões. As emissões corresponderam a R\$ 68,6 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 76,0 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 67,8 bilhões, sendo: i) R\$ 39,8 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 22,5 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2006, julho de 2007 e 2008 e janeiro de 2008; iii) R\$ 4,6 bilhões em LFT, com vencimento em março de 2010; e iv) R\$ 805,4 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012.

No mês de janeiro, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 7,4 bilhões.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 769,3 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 217,3 milhões em LFT, em permuta por LFT-A; ii) R\$ 140,5 milhões em LFT, em permuta por LFT-B; iii) R\$ 134,3 milhões em LFT-B, para constituição de fundo de contingências; iv) R\$ 86,7 milhões em CFT-E1, para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); e v) R\$ 43,6 milhões em títulos da dívida securitizada, para novação de dívidas.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JAN/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	67.753,6	769,3	114,3	68.637,2
LFT	4.643,1	436,8	25,4	5.105,4
LTN	22.521,5	0,0	57,2	22.578,7
NTN-B	39.783,6	67,7	26,1	39.877,4
NTN-C	0,0	0,0	2,4	2,4
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	805,4	0,0	3,2	808,6
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	43,6	0,0	43,6
Demais	0,0	221,1	0,0	221,1
II. RESGATES**	69.296,5	6.594,5	136,6	76.027,6
LFT	26.583,4	4.819,4	35,6	31.438,3
LTN	36.112,9	0,0	91,1	36.204,0
NTN-B	4.072,8	0,0	0,9	4.073,7
NTN-C	1.839,9	35,0	6,7	1.881,6
NTN-D	26,3	54,5	0,0	80,8
NTN-F	661,2	0,0	2,3	663,5
TDA	0,0	18,7	0,0	18,7
Securitizada*	0,0	514,9	0,0	514,9
Demais	0,0	1.152,1	0,0	1.152,1
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-1.542,9	-5.825,2	-22,3	-7.390,5

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em janeiro, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 114,3 milhões em vendas, recorde mensal desde a sua criação, em 2002. Em relação a janeiro de 2005, observou-se aumento de 99,8% no montante vendido. As vendas no mês representaram também mais de 1/3 das vendas de todo o 1º semestre de 2005.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 50,1% do montante vendido, seguidas pelas LFT (22,3%) e pelas NTN-B (18,2%).

No mês, ocorreu o cadastro de 2.170 novos investidores no programa Tesouro Direto, o que representou um aumento de 34,2% em relação ao mesmo período do ano passado. O programa ultrapassou o número de 50.000 investidores cadastrados, atingindo 51.668 pessoas.

Em janeiro, as emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 114,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 57,2 milhões em LTN com vencimentos em julho e outubro de 2006, janeiro, abril e julho de 2007 e janeiro e julho de 2008; ii) R\$ 26,1 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008, 2010 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iii) R\$ 25,4 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R\$ 3,2 milhões em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008 e 2010; e v) R\$ 2,4 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em janeiro, atingiu R\$ 76,0 bilhões, sendo R\$ 42,2 bilhões em pagamento de principal e juros e

R\$ 33,8 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 24,5 bilhões em LFT, R\$ 4,1 bilhões em NTN-B, R\$ 516,0 milhões em NTN-C, R\$ 26,6 milhões em títulos da dívida securitizada e R\$ 6,0 mil em TDA, todos aceitos nos leilões de NTN-B; ii) R\$ 3,9 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; e iii) R\$ 242,2 milhões em títulos da dívida securitizada, aceitos no leilão de venda do Banco do Estado do Ceará-BEC.

Composição

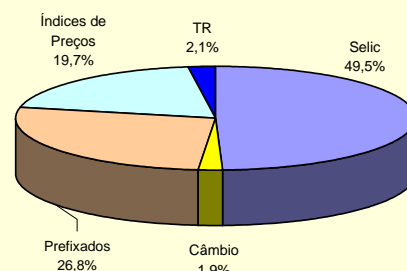
Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 2,37 pontos percentuais, em função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 26,3 bilhões. Os títulos remunerados por índice de preços apresentaram aumento de 3,72 pontos percentuais, devido à emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 35,8 bilhões. Já a participação dos títulos com rentabilidade prefixada reduziu-se em 1,19 ponto percentual, em função do resgate líquido de LTN no valor de R\$ 13,6 bilhões. Este resgate líquido pode ser explicado pela concentração dos vencimentos de LTN em início de trimestre, neste caso janeiro.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2005/2006

INDEXADOR	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
Selic	60,13	51,87	49,50
Câmbio	2,97	2,01	1,88
Prefixados	19,07	28,01	26,82
Índices de Preços	15,13	15,95	19,67
TR	2,69	2,16	2,13

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JAN/2006



Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em linha com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de janeiro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA e de NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante total vendido desse título, em janeiro, foi de R\$ 39,9 bilhões. No leilão realizado nos dias 3 e 4 de janeiro, com liquidação financeira no dia 5 de janeiro de 2006, foram emitidos R\$ 11,9 bilhões. Desse montante 68,2% (R\$ 8,1 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 31,8% (R\$ 3,8 bilhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2010, representando 68,6% do total vendido e saindo à taxa de 10,85% a.a.. Os títulos com vencimento em 2007, 2008 e 2009 foram vendidos às taxas de 11,40% a.a., 10,94% e 10,90% a.a., respectivamente.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 12 e 13 de janeiro com liquidação financeira em 16 de janeiro. O montante vendido foi de R\$ 14,8 bilhões, sendo que 74,7% (R\$ 11,1 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 25,3% (R\$ 3,7 bilhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2010 foi, novamente, o título mais demandado, saindo à taxa de 10,15% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2008, 2009, 2015, 2024 e 2045 foram vendidas às taxas de 10,48% a.a., 10,15% a.a., 8,90% a.a., 8,95% a.a. e 8,95% a.a., respectivamente. O título com vencimento em 2007 não teve proposta aceita.

O montante de NTN-B vendido em janeiro (R\$ 39,9 bilhões) foi o maior da história deste título, tendo sido 63,8% superior ao recorde anterior de venda mensal de R\$ 24,3 bilhões, ocorrido em dezembro de 2005.

Houve ainda um terceiro leilão de NTN-B, realizado nos dias 23 e 24 de janeiro, com liquidação financeira em 25 de janeiro, em que foram vendidos R\$ 13,1 bilhões. Desse total, 72,4% (R\$ 9,5 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 27,6% (R\$ 3,6 bilhões) em dinheiro. Assim como nos demais leilões, o título com vencimento em 2010 foi o mais demandado, saindo à taxa de 10,06%. Os títulos com vencimento em 2007, 2008 e 2009 foram vendidos às taxas de 10,69% a.a., 10,28% a.a. e 10,10% a.a., respectivamente.

O montante de NTN-B vendido em janeiro (R\$ 39,9 bilhões) foi o maior da história deste título, tendo sido 63,8% superior ao recorde anterior de venda mensal de R\$ 24,3 bilhões, ocorrido em dezembro de 2005. Tal aumento de demanda pode ser atribuído à trajetória descendente da taxa de juros, que gerou forte migração das aplicações em LFT para outros títulos públicos. Este movimento, somado ao empenho do Tesouro Nacional em melhorar o perfil da DPFMi e ao avanço nos fundamentos macroeconômicos, favoreceu o aumento da procura por NTN-B.

Conforme o cronograma previsto para janeiro, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 30 e 31 de janeiro, com liquidação financeira em 1º de fevereiro de 2006. O montante total negociado foi de R\$ 335,6 milhões, sendo que 94,9% foram recebidos em troca por outros títulos e 5,1% recebidos em dinheiro. Os vencimentos ofertados foram 2017, 2021 e 2031, sendo que as taxas de venda desses títulos foram de 8,36% a.a., 8,40% a.a. e 8,45% a.a., respectivamente. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 95,8% do total negociado.

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu de 18,85% a.a., em dezembro, para 16,40% a.a., em janeiro, em função da apreciação de 5,33% do real frente ao dólar americano em relação ao mês anterior (quando se observou depreciação de 6,06%), o que reduziu o custo anual da NTN-D, e da menor variação da taxa Selic em relação ao mês anterior (variação de 1,43% em janeiro contra 1,47% em dezembro), reduzindo o custo médio da LFT.

Custo Médio

TABELA 8

CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

BRASIL, 2005/2006

(% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005		
Jan	16,93	16,05
Fev	17,34	16,51
Mar	18,71	19,37
Abr	18,20	16,71
Mai	17,03	15,04
Jun	16,74	15,81
Jul	16,91	17,22
Ago	16,51	15,96
Set	16,64	14,58
Out	18,74	18,94
Nov	18,55	17,69
Dez	17,51	18,85
2006		
Jan	18,06	16,40

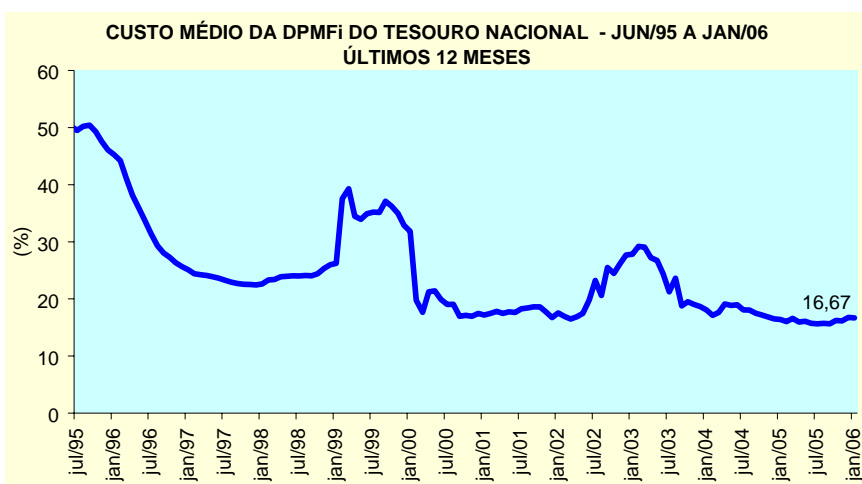
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 17,51% a.a., em dezembro, para 18,06% a.a., em janeiro, devido a: i) maior variação do IGP-M (0,92% em janeiro contra -0,01% em dezembro),

aumentando o custo anual da NTN-C em 12,29 pontos percentuais; e ii) maior variação do IPCA (0,59% em janeiro contra 0,36 em dezembro), que aumentou o custo anual da NTN-B em 3,64 pontos percentuais.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi diminuiu, passando de 16,78% a.a., em dezembro, para 16,67% a.a., em janeiro, principalmente em função da desvalorização do dólar americano frente ao real (-5,33% em janeiro de 2006 contra -1,12% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,67% a.a., apresentando redução de 0,11 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação a dezembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 1,40 mês.

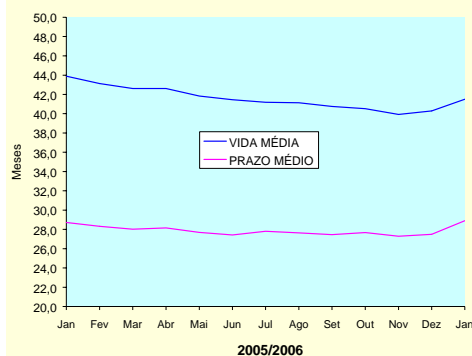
Em janeiro, o prazo médio da DPMFi apresentou aumento de 1,40 mês. O prazo médio da LFT cresceu 0,30 mês, devido à emissão deste título com prazo médio de 50,50 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em dezembro (19,05 meses). As LTN apresentaram prazo médio de emissão (19,98 meses) superior ao prazo médio de estoque desses títulos em dezembro (9,46 meses), resultando em um aumento de 1,35 meses no prazo médio desses títulos. A vida média da DPMFi também elevou-se, alcançando 41,50 meses em janeiro contra 40,28 meses no mês anterior.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2005			
Jan	43,89	28,73	21,41
Fev	43,14	28,32	21,26
Mar	42,60	28,01	21,10
Abr	42,62	28,16	21,50
Mai	41,83	27,69	21,16
Jun	41,44	27,42	21,01
Jul	41,19	27,81	21,59
Ago	41,13	27,65	21,43
Set	40,75	27,46	21,43
Out	40,52	27,67	21,87
Nov	39,93	27,28	21,65
Dez	40,28	27,49	21,90
2006			
Jan	41,50	28,89	23,50

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO



PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

TÍTULOS	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
LTN	5,79	9,46	10,81
LFT	17,84	19,05	19,35
NTN-B	104,41	58,82	53,45
NTN-C	68,73	78,74	79,76
NTN-D	16,06	12,03	11,16
TD	64,86	63,66	63,28
Divida Securitizada*	78,77	87,84	87,94
Demais	95,20	83,26	82,28
TOTAL	28,73	27,49	28,89

(*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de janeiro em R\$ 162,7 bilhões, com queda de R\$ 11,1 bilhões em relação ao mês anterior, em decorrência da diminuição do estoque em dólares e da valorização da moeda nacional em relação ao dólar. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu um decréscimo de US\$ 846,4 milhões (1,14%), resultado, principalmente, do resgate antecipado de globais (ver boxe 4), não obstante a emissão do *Global 2037*, no montante de US\$ 1,0 bilhão.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	157.408	144.156	134.384
Bônus de Renegociação	37.930	16.844	15.796
Bônus de Captação	119.478	127.312	118.588
II. DÍVIDA CONTRATUAL	41.961	33.473	31.889
Organismos Multilaterais	24.307	22.230	21.171
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.309	7.190	6.806
Clube de Paris	9.344	4.052	3.912
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	199.368	177.629	166.272
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.798	-3.525	-3.292
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-442	-312	-323
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	195.129	173.792	162.658
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	10,9%	9,0%	8,4%

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 11,1 bilhões.

O serviço da DPFe, em janeiro, totalizou R\$ 7,5 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos - a maior parte referente à dívida mobiliária - e R\$ 5,2 bilhões ao pagamento de principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JAN/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	5.158,7	2.312,2	7.470,9
I.1. Organismos Multilaterais	32,8	29,6	62,4
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	23,1	4,0	27,1
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	5.102,8	2.278,7	7.381,5
A-Bond	0,0	373,5	373,5
BEA/Bradies - Recompra Bacen	150,1	0,8	150,8
Euro 2011	0,0	261,9	261,9
Global 2006	3.394,8	174,0	3.568,8
Global 2007	0,0	303,0	303,0
Global 2007 - Recompra Bacen	693,0	46,7	739,7
Global 2008 - Recompra Bacen	464,4	69,6	533,9
Global 2009 - Recompra Bacen	243,9	83,1	327,0
Global 2010 - Recompra Bacen	156,7	35,2	191,9
Global 2012	0,0	155,6	155,6
Global 2014	0,0	149,2	149,2
Global BRL 2016	0,0	116,9	116,9
Global 2020	0,0	144,9	144,9
Global 2034	0,0	240,0	240,0
Global 2037	0,0	124,5	124,5

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 7,5 bilhões no mês.

Boxe 4 – Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira

O Governo Brasileiro anunciou a implementação de um **programa de médio prazo de uso de reservas internacionais para recompra de títulos brasileiros em circulação no mercado internacional**. O cronograma para sua implementação se estende ao menos até dezembro de 2006, e sua gradual efetivação dependerá de condições de mercado a cada momento. A medida é mais uma empreendida pelo Governo visando melhorar o perfil do passivo externo brasileiro.

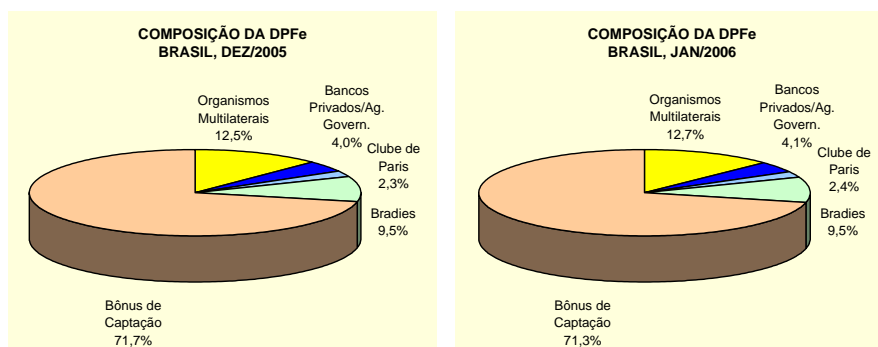
O programa, que tem como alvo preferencial os títulos com vencimento até 2010 e a dívida reestruturada (os chamados bônus *bradies*), tem por objetivo reduzir o fluxo de pagamento de principal e juros da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe para os próximos anos. Essas ações dão cumprimento às diretrizes de redução do percentual da Dívida Pública Federal – DPF vencendo em 12 meses e da participação da dívida cambial na DPF, definidas nos Planos Anuais de Financiamento do Tesouro Nacional desde 2003.

Os títulos adquiridos pelo Banco Central do Brasil são transferidos ao Tesouro Nacional e posteriormente cancelados. Operacionalmente, os títulos estão sendo adquiridos com recursos oriundos das reservas internacionais brasileiras, compradas pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil.

A operação de recompra implica redução da dívida externa correspondente ao valor de face dos títulos resgatados, de acordo com o valor registrado contabilmente no momento da emissão. Do início do ano até 9 de fevereiro (inclusive) já foram empregados US\$ 2,3 bilhões (valor financeiro) para o resgate antecipado dos títulos. Deste total, até o dia 31 de janeiro de 2006, o Tesouro Nacional cancelou o equivalente a US\$ 773,9 milhões (R\$ 1,75 bilhão) de títulos da DPMFe, valor esse que tem impactado as estatísticas de estoque da DPF em mercado referentes àquele mês. O Banco Central do Brasil informará mensalmente os valores utilizados no programa e títulos cancelados.

Quanto à composição da DPFe, os Bônus de Captação reduziram-se em 0,35 ponto percentual, em virtude do resgate líquido de títulos globais. Em decorrência desse fato, houve um redimensionamento na composição dos outros grupos, com aumento da participação dos Organismos Multilaterais e do Clube de Paris.

Composição



Em janeiro, os Bônus de Captação reduziram-se em 0,35 ponto percentual sua participação na DPFe, em decorrência do resgate antecipado de títulos globais.

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu acréscimo em relação a dezembro, passando de 6,32 anos para 6,55 anos, devido ao aumento do prazo médio dos bônus de captação, em virtude da emissão do *Global 2037*, e de resgates antecipados de bônus de curto prazo no mercado de globais.

Prazo e Custo Médio

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	JAN	DEZ	JAN
PRAZO MÉDIO (1)	5,87	6,32	6,55
Bônus de Renegociação	5,43	6,16	5,96
Bônus de Captação	6,01	6,34	6,63
Globais	7,03	7,00	7,39
Euros	3,06	3,68	3,66
Demais	1,97	1,16	1,07
VIDA MÉDIA (2)	11,58	12,30	12,90
Bônus de Renegociação	9,82	10,32	10,16
Bônus de Captação	12,14	12,56	13,27
Globais	14,87	14,30	15,26
Euros	4,44	4,92	4,83
Demais	2,16	1,25	1,17
CUSTO MÉDIO (3)	9,07	9,42	9,35
Bônus de Renegociação	5,47	5,41	5,41
Bônus de Captação	10,22	9,95	9,87
Globais	10,59	10,14	10,08
Euros	9,95	9,93	9,93
Demais	6,06	6,08	6,09

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Em janeiro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,55 anos. O custo médio, por sua vez, diminuiu para 9,35% a.a.

A vida média da DPMFe passou de 12,30 anos em dezembro, para 12,90 em janeiro, pelos motivos já mencionados no parágrafo anterior. Já o custo médio, em dólares, sofreu um decréscimo, passando de 9,42% a.a. em dezembro, para 9,35% a.a. em janeiro, principalmente pela redução da participação dos globais, que apresentam um custo médio maior que o total da dívida.

Boxe 5 – Brasil reabre Euro 2015

O Tesouro Nacional realizou, em 30 de janeiro, a reabertura do bônus Euro 2015. A operação, liderada pelos bancos *Barclays Capital* e *Dresdner Kleinwort Wasserstein*, captou um volume de €300 milhões.

Esse montante, somado ao volume de € 500 milhões desse título já em mercado possibilitou a inclusão do mesmo no EuroMTS – plataforma eletrônica de negociação de títulos referenciados em euros, o que proporcionará maior liquidez ao Euro 2015, facilitando sua precificação e ampliando sua base de investidores.

O bom resultado da captação também se refletiu nos *spreads*. O spread do bônus foi de 185 pontos-básicos em relação ao *mid-swap* – taxa de juros de referência em Euros – para nove anos de prazo. A emissão original, em janeiro de 2005, apresentou *spread* de 391 pontos-básicos. O título, que havia sido vendido a 98,8% do seu valor de face ano passado, foi comercializado, na reabertura, a 113,43% do valor de face.

Com esta emissão, o Tesouro Nacional cumpriu US\$ 4,86 bilhões do seu Programa de Financiamento Externo de 2006-2007. Dessa forma, 54% do valor máximo de US\$ 9,0 bilhões estabelecido para o biênio já foi alcançado.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
I. RECEITA TOTAL	41.420,7	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.553,5
I.1. Receitas do Tesouro	33.308,5	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.277,0
I.1.1. Receita Bruta	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.703,4
- Impostos	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.469,0
- Contribuições	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.047,6
- Demais (1)	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	6.186,8
I.1.2. (-) Restituições	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7
I.3. Receitas do Banco Central	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2
II.3. Transferências da Cide	439,9	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6
II.4. Demais	912,2	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	34.024,6	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.119,2
IV. DESPESA TOTAL	25.647,1	26.461,4	25.512,7	23.552,0	26.224,5	27.978,5	28.975,1	28.742,6	28.554,1	29.315,8	30.315,9	50.560,4	32.849,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.169,5	7.693,4	6.844,1	6.575,6	6.739,6	7.561,2	8.617,9	7.031,6	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8
IV.3. Custeio e Capital	6.888,8	7.377,6	7.855,8	6.197,2	8.773,6	8.510,1	8.618,5	9.827,9	9.784,9	10.425,5	10.000,8	17.079,3	9.687,3
IV.3.1. Despesa do FAT	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	112,8	1.357,6	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	1.879,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.543,3	4.827,0	5.418,9	4.803,7	6.774,8	6.482,2	5.962,0	6.914,3	6.680,8	6.975,6	7.405,4	12.065,6	6.005,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5
IV.5. Despesas do Banco Central	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	8.377,5	2.105,3	6.555,8	12.690,4	2.715,4	5.815,2	4.754,9	3.754,8	2.766,9	5.793,1	1.278,0	-4.009,2	4.269,9
V.1. Tesouro Nacional	10.845,4	5.864,7	8.914,6	14.709,2	5.075,3	8.922,9	7.855,5	6.579,6	5.490,0	8.956,3	4.316,5	2.956,2	9.130,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1
V.3. Banco Central (6)	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	0,9	-145,4	449,2	1.453,3	-843,4	76,7	528,7	318,6	-46,2	374,9	-1.042,3	-381,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	4.508,5	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	-13.282,7	-11.479,2	-9.183,7	-8.855,6	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	33.096,7	38.202,0	40.138,6	38.775,9	41.525,0	41.811,0	38.322,5	41.315,0	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	12.753,8
I.1 - Recolhimento Bruto	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	1.898,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.293,9	1.244,3	1.439,5	1.215,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	110,2
I.5 - Receita do Salário Educação	217,3	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	327,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.031,6	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.943,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	3,4
II. DESPESAS	35.955,3	39.427,8	34.360,0	37.571,1	40.176,4	40.690,7	45.089,0	39.058,8	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,0
II.1 - Liberações Vinculadas	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2
II.1.4 - Outras Vinculações	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1
II.2 - Liberações Ordinárias	27.057,7	30.756,7	27.229,3	29.438,4	30.625,0	32.504,2	37.323,0	30.784,8	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.593,6	7.884,5	7.439,6	7.244,4	7.732,2	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4
i) Dívida Contratual Interna	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9
ii) Dívida Contratual Externa	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.616,7	5.726,3	6.289,7	5.360,5	6.270,6	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-2.858,7	-1.225,8	5.778,6	1.204,7	1.348,6	1.120,2	-6.766,6	2.256,2	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-35.433,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	37.995,0	31.205,9	34.568,0	34.870,4	32.459,8	28.540,2	45.796,9	27.870,1	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	668,1	1.063,7	559,4	648,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7
V. DESPESAS	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.940,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.590,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.500,0
V.1.2 - Dívida Contratual	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.047,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	16.145,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-3.218,4	6.999,5	26.756,6	-2.548,0	13.339,5	5.902,7	-4.832,2	-1.710,5	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-8.992,4



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2005	Jan/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	208.042,7	16.525,6
I.1. Emissão de Títulos	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	179.666,1	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	27.177,8	2.576,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	1.198,8	13.949,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	242.217,4	380,0
II.1. Resgate de Títulos	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	215.975,3	0,0
II.2. Encargos da DPMF	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	26.242,1	380,0
III. RESULTADO (I - II)	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	-34.174,7	16.145,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1
IV. PRONAF	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5
V. PROEX	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5	0,0
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6
XII. TOTAL	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	243,0

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
I. DÍVIDA INTERNA	213.355,0	233.657,7	257.173,4	251.392,9	275.274,5	293.439,1	299.454,0	304.538,7	321.587,9	321.783,9	347.723,7	368.657,7	363.417,3
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4
Dívida Bancária	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3
INSS	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8
Lei 7.976/89	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3
Bônus Renegociação	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3
Lei 8.727/93	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4
Lei 9.496/97	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2
Recebíveis das Estatais	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1
Outros	-45.296,2	-44.876,7	-45.019,8	-45.223,2	-44.663,3	-44.364,8	-44.082,9	-43.747,5	-43.196,2	-43.137,9	-43.545,0	-43.671,9	-42.742,3
Fat	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1
Demais Entidades	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-47.263,9
Créditos das Operações Oficiais	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3
Arrecadação a Recolher	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-10.874,0
II. DÍVIDA EXTERNA	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8
Dívida Mobiliária	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7
Títulos Depositados em Garantias	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8
Dívida Contratual	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8
Disponibilidades	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	408.483,6	431.959,0	462.316,4	443.575,1	457.017,9	471.404,7	473.455,8	478.054,3	489.651,2	488.102,1	511.001,1	542.449,8	526.075,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,9%	24,0%	25,6%	24,3%	24,9%	25,4%	25,4%	25,4%	25,9%	25,6%	26,6%	28,1%	27,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1
Brazil Investment Bond (BIB)	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0
Par Bond (PB)	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9
Discount Bond (DB)	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7
New Money Bond (NMB)	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8
Eligible Interest (EI)	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7	110.612,1	121.386,6	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5
A-Bond	-	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0
Euro 2005	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8
Euro 2007	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1
Euro 2009	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4
Euro 2010	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1
Euro 2011	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.914,9	2.899,7	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9
Euro 2012	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9
Euro 2015	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4
Euro libra 2007	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9
Euro lira 2017	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3
Global 2005	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-
Global 2007	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2
Global 2008	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8
Global 2009	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1
Global 2010	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7
Global 2011	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0
Global 2012	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0
Global 2013	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0
Global 2014	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0
Global 2015	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6
Global 2019	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6
Global 2020	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0
Global 2024	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9
Global 2025	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0
Global 2027	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0
Global 2030	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6
Global 2034	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0
Global 2037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216,0
Global 2040	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.490,4	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9
Marco Alemão 2008	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9
Samurai 2006	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6
Samurai 2007	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,9%	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%	8,7%	8,5%	9,0%	8,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7
I. Dívida em Mercado	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4
Dívida Securitizada	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7
TDA	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9
LTN	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1
LFT	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0
LFT-A	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0
LFT-B	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4
NTN-A	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6
NTN-B	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4
NTN-C	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0
NTN-D	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2
NTN-F	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2
NTN-I	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2
NTN-P	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7
CFT-A	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9
CFT-D	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5
Demais	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7
II. Dívida com BACEN	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4
LTN	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0
LFT	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2
NTN-D	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3
Demais	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9
Dívida em Mercado/PIB	45,7%	46,5%	47,7%	47,4%	47,8%	48,4%	48,6%	48,5%	48,8%	48,8%	49,8%	50,5%	50,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2005	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2006
I. INTERNA	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,7	-163.959,7	-167.603,0
Dívida contratual	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7
FAT	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1
Aplicações financeiras	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6
Fundos Regionais	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.703,7	-28.008,5	-28.603,3	-29.064,3
Demais	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7
II. EXTERNA	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0
Disponibilidades	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-159.528,9	-159.820,9	-161.813,5	-164.271,4	-167.926,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,4%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Janeiro / 2006

Comentários

Em Janeiro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -17,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.275.600,2 (mil), em Janeiro de 2006, contra R\$ 6.426.892,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Dezembro	Janeiro	Janeiro a Janeiro	Dezembro	Janeiro	Janeiro a Janeiro	Jan / 2006	Jan / 2006	Jan a Jan / 2006
							Dez / 2006	Jan / 2005	Jan a Jan / 2005
FPM	2.119.622,3	2.383.256,4	2.383.256,4	3.287.073,4	2.698.247,7	2.698.247,7	-17,9 %	13,2 %	13,2 %
FPE	2.022.688,0	2.274.327,1	2.274.327,1	3.139.818,8	2.577.352,5	2.577.352,5	-17,9 %	13,3 %	13,3 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Janeiro de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Janeiro	-12,1 %	-17,9 %	-12,1 %	-17,9 %	8,4 %	-8,3 %

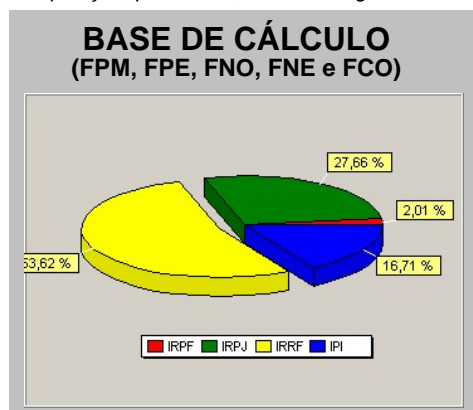
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	fev/jan	mar/fev	abr/mar
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-12,0 %	-16,0 %	20,0 %
IPI-EXP	-14,0 %	-7,0 %	25,0 %

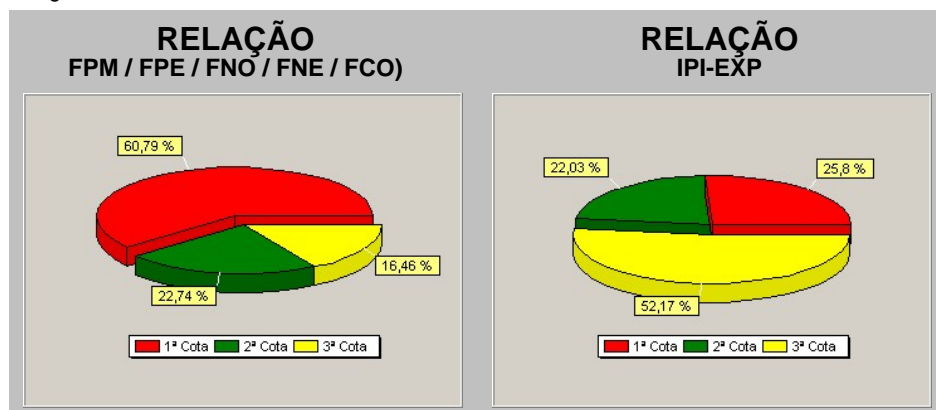
Composição dos Fundos

Em Janeiro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2006 a 20/01/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Dez/3º DEC	608.044,4	7.965.946,4	8.573.990,8	Jan/1º DEC	1.566.896,8	1.639.775,7	51.683,8	575.004,1	3.833.360,4
Jan/1º DEC	519.069	2.688.114,3	3.207.183,3	Jan/2º DEC	586.112,8	613.373,8	44.120,9	219.460,1	1.463.067,6
Jan/2º DEC	1.229.386,1	1.092.599,6	2.321.985,7	Jan/3º DEC	424.342,9	444.079,8	104.497,8	171.691,8	1.144.612,3
TOTAL	2.356.499,5	11.746.660,3	14.103.159,8	TOTAL	2.577.352,5	2.697.229,3	200.302,5	966.156	6.441.040,3
Jan/3º DEC	390.928,3	6.832.797	7.223.725,3	Fev/1º DEC	1.320.135,8	1.381.537,5	33.228,9	482.629,8	3.217.532

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	16.721,36	88.171,23	17,68	18.513,58
Alagoas	AL	64.690,12	107.220,44	696,48	30.460,06
Amazonas	AM	38.433,68	71.918,44	5.954,77	20.524,74
Amapá	AP	9.598,13	87.939,27	15,55	17.215,23
Bahia	BA	239.313,32	242.173,19	12.638,28	87.198,48
Ceará	CE	135.498,31	189.097,77	2.102,16	57.652,62
Distrito Federal	DF	5.957,07	17.788,89	89,47	4.206,25
Espírito Santo	ES	47.581,34	38.660,29	8.428,55	16.706,5
Goiás	GO	98.406,22	73.276,71	1.794,43	30.613,64
Maranhão	MA	116.613,18	186.038,45	2.145,57	53.787,73
Minas Gerais	MG	352.743,55	114.808,16	22.841,27	86.539,9
Mato Grosso do Sul	MS	39.801,6	34.330,33	1.462,98	13.340,27
Mato Grosso	MT	49.877,14	59.482,72	1.894,53	19.633,12
Pará	PA	96.620,88	157.527,78	8.559,04	46.360,18
Paraíba	PB	85.016,98	123.426,83	703,12	36.908,27
Pernambuco	PE	130.794,23	177.842,47	1.328,82	54.699,79
Piauí	PI	70.676,37	111.377,71	90,26	32.143,11
Paraná	PR	182.870,78	74.310,23	22.102,33	49.285,28
Rio de Janeiro	RJ	78.529,71	39.374,21	21.272,04	24.560,46
Rio Grande do Norte	RN	66.156,54	107.679,21	1.025,54	30.857,87
Rondônia	RO	25.632,68	72.567,94	292,86	17.381,2
Roraima	RR	16.694,83	63.936,38	11,73	14.231,11
Rio Grande do Sul	RS	179.756,35	60.691,5	27.682,49	47.271,93
Santa Catarina	SC	104.573,58	32.984,96	16.916,62	27.260,31
Sergipe	SE	37.471,41	107.096,73	141,85	25.537,05
São Paulo	SP	363.316,28	25.773,52	40.060,49	74.579,67
Tocantins	TO	44.902,07	111.857,1	33,54	27.669,3
Total		2.698.247,71	2.577.352,45	200.302,46	965.137,64

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Abril	2005	02/06/2005
Maio	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Janeiro / 2006

Comportamento no Mês

Em Janeiro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 3.103.763,5 (mil), contra R\$ 3.459.654,3 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -10,3% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -17,9% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Dezembro	Participação	Janeiro	Participação	Jan / Dez
FPM	578.640,6	16,7 %	474.963,2	15,3 %	-17,9 %
FPE	554.085,7	16,0 %	454.826,9	14,7 %	-17,9 %
IPI-EXP	38.547,8	1,1 %	35.347,5	1,1 %	-8,3 %
LC 87/96	42.447,3	1,2 %	0,0	0,0 %	-100,0 %
COMPL. UNIÃO	93.003,5	2,7 %	0,0	0,0 %	-100,0 %
ICMS	2.152.929,5	62,2 %	2.138.625,9	68,9 %	-0,7 %
TOTAL	3.459.654,3	100,0 %	3.103.763,5	100,0 %	-10,3 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

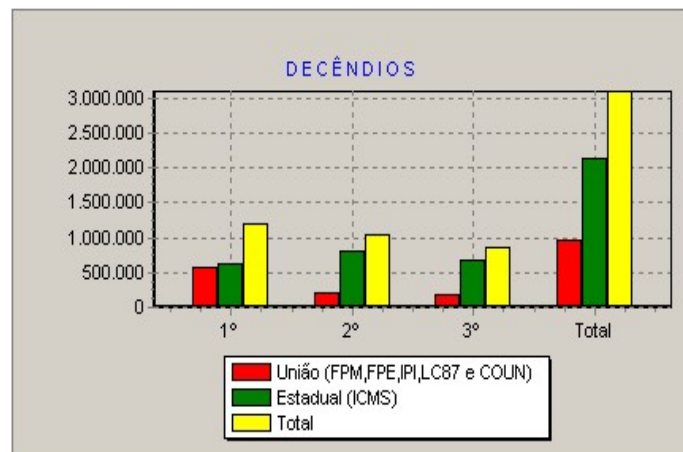
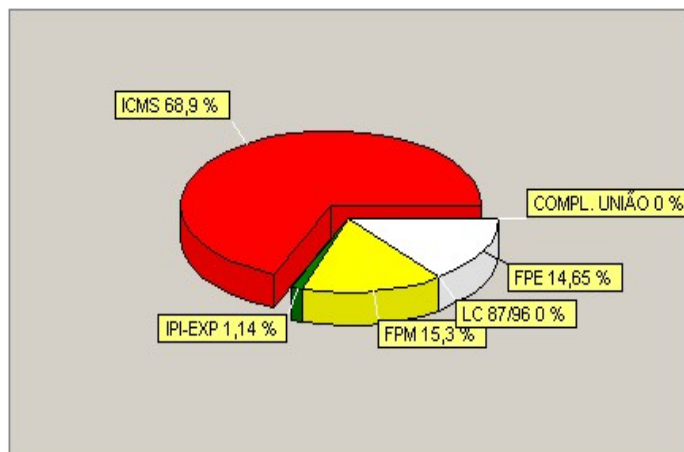
Portaria MF nº 41, de 29/03/2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
TOTAL			69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	23.250.885	93.003.540

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	146.626	15.560	2.951	3	0	0	4.145	22.658	154,5	154,5
Alagoas	674.321	18.921	11.416	123	0	0	26.762	57.222	84,9	84,9
Amapá	127.625	15.519	1.694	3	0	0	4.990	22.205	174,0	174,0
Amazonas	745.772	12.691	6.782	1.051	0	0	45.375	65.900	88,4	88,4
Bahia	2.782.645	42.736	42.232	2.230	0	0	87.284	174.483	62,7	62,7
Ceará	1.531.674	33.370	23.911	371	0	0	24.679	82.332	53,8	53,8
Distrito Federal	300.965	3.139	1.051	16	0	0	0	4.206	14,0	14,0
Espírito Santo	497.527	6.822	8.397	1.487	0	0	53.457	70.163	141,0	141,0
Goiás	888.973	12.931	17.366	317	0	0	35.114	65.727	73,9	73,9
Maranhão	1.447.560	32.830	20.579	379	0	0	23.735	77.523	53,6	53,6
Mato Grosso	565.348	10.497	8.802	334	0	0	36.399	56.032	99,1	99,1
Mato Grosso do Sul	396.990	6.058	7.024	258	0	0	36.177	49.518	124,7	124,7
Minas Gerais	3.176.706	20.260	62.249	4.031	0	0	213.200	299.740	94,4	94,4
Paraíba	745.405	21.781	15.003	124	0	0	19.181	56.089	75,2	75,2
Paraná	1.527.232	13.114	32.271	3.900	0	0	131.763	181.048	118,5	118,5
Pará	1.533.369	27.799	17.051	1.510	0	0	41.801	88.161	57,5	57,5
Pernambuco	1.493.544	31.384	23.081	234	0	0	67.836	122.536	82,0	82,0
Piauí	639.212	19.655	12.472	16	0	0	12.796	44.939	70,3	70,3
Rio Grande do Norte	522.335	19.002	11.675	181	0	0	24.390	55.248	105,8	105,8
Rio Grande do Sul	1.503.203	10.710	31.677	4.885	0	0	165.521	212.793	141,6	141,6
Rio de Janeiro	2.005.935	6.948	13.858	3.754	0	0	193.146	217.707	108,5	108,5
Rondônia	295.378	12.806	4.523	52	0	0	14.770	32.151	108,8	108,8
Roraima	79.194	11.283	2.946	2	0	0	2.175	16.406	207,2	207,2
Santa Catarina	868.134	5.821	18.454	2.985	0	0	83.782	111.042	127,9	127,9
Sergipe	368.317	18.899	6.613	25	0	0	14.871	40.408	109,7	109,7
São Paulo	5.094.240	4.548	62.962	7.069	0	0	772.200	846.780	166,2	166,2
Tocantins	260.218	19.739	7.924	6	0	0	3.079	30.748	118,2	118,2
Total	30.218.448	454.827	474.963	35.347	0	0	2.138.626	3.103.764	102,7	102,7

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.